



REFORMA TRABALHISTA MANTÉM PREJUÍZOS AOS TRABALHADORES



APRE SOBRE FOTO DE ADRIANS GUERRA

Congresso não analisa Medida Provisória, que alterava 17 artigos e tentava corrigir erros, e texto original fica valendo.

PÁGINA 3



ENTREVISTA

ÍNDIO NA BASE

O TRABALHADOR NA VOLKS, ROBSON GERALDO DE SANTANA, FOI ENTREVISTADO PARA A MATÉRIA SOBRE O DIA DO ÍNDIO DO JORNAL MAIS NOTÍCIAS. MORADOR DE RIBEIRÃO PIRES, INTEGRA A TRIBO FULNI-Ô, EM PERNAMBUCO. "A DATA DEVERIA SER MAIS RESPEITADA. O BRASIL DEVE MUITO AOS ÍNDIOS", DECLAROU.



Lula é um preso político

PÁGINA 2

REUNIÃO DA DIRETORIA PLENA HOJE, ÀS 9H, NA SEDE

Notas e recados



FOTOS: DIVULGAÇÃO

PRESSÃO RURALISTA

O presidente da Funai, Franklimberg Ribeiro Freitas, pediu demissão do cargo no Dia do Índio, 19 de abril, alegando pressão da bancada ruralista.



PROTESTOS NA NICARÁGUA - 1

O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, anunciou a revogação da reforma da previdência, imposta por decreto, após diversos protestos pelo país.



PROTESTOS NA NICARÁGUA - 2

Mais de 20 pessoas morreram em 5 dias de manifestações, duramente reprimidas pela polícia. A proposta reduzia aposentadoria e aumentava contribuições.



CONSERVADORISMO - 1

Mario Abdo Benítez, do Partido Colorado, de direita, foi eleito presidente do Paraguai, ao vencer Efraín Alegre, da Aliança Ganhar.



CONSERVADORISMO - 2

Ele é conhecido pelas relações de sua família com a ditadura de Alfredo Stroessner. Seu pai foi secretário do ditador, que governou o país por 35 anos.



HOJE, ÀS 20h30



LULA É UM PRESO POLÍTICO

JOKA MADRUGA - AGENCIA PT



Acompanhei na semana passada, em Curitiba, a tentativa do teólogo Leonardo Boff de visitar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Superintendência da Polícia Federal e fiquei, mais uma vez, indignado com o que está acontecendo em nosso País.

É um absurdo esse homem de 79 anos, humanista, religioso, com uma história de vida e de luta contra a pobreza, ser tratado da maneira como foi.

Não vou nem entrar no mérito da decisão de impedir que ele visitasse o ex-presidente, mas no mínimo deveriam ter deixado que ele aguardasse no interior do prédio e não do lado de fora, com o sol forte que estava fazendo.

E não foi só esse absurdo. É lamentável a decisão da juíza, e pior ainda a sua justificativa, de negar ao Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, um senhor de 87 anos, o direito de visitar Lula.

Uma pessoa que é respeitada no mundo inteiro, mas não foi respeitada aqui no Brasil. Uma postura de arrogância e ignorância da juíza responsável. São essas atitudes que confirmam aquilo que já

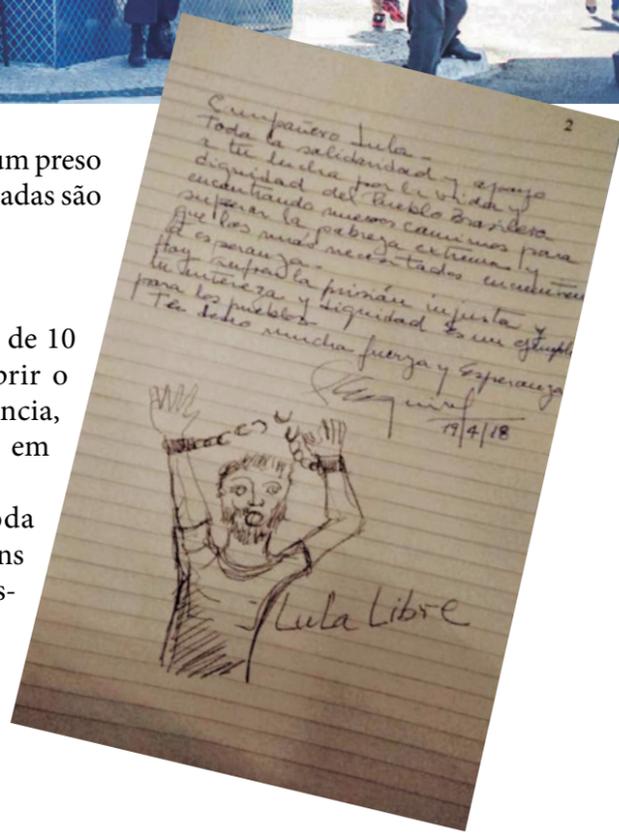
sabemos. Lula não é um preso comum, é um preso político. As decisões que estão sendo tomadas são políticas.

CARTAS DO POVO BRASILEIRO

O ex-presidente Lula já recebeu mais de 10 mil cartas desde que começou a cumprir o mandado arbitrário do juiz de 1ª Instância, na Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba.

As correspondências chegam de toda parte do País e do mundo, com mensagens de solidariedade e esperança de que a Constituição seja cumprida e Lula libertado.

As cartas estão sendo recebidas pelo Instituto Lula, para garantir que cheguem até o ex-presidente. Rua Pouso Alegre, 21 - Ipiranga, São Paulo/Capital. CEP. 04261-030.



Dica do Dieese

UMA REFORMA COM AREIA DE PRAIA

Comente este artigo.

Envie um e-mail para sumetabc@dieese.org.br

Subseção do Dieese

Como a MP 808 não foi votada pelo Congresso dentro do prazo, as mudanças perderam a validade. Assim, voltamos às regras previstas originalmente na reforma Trabalhista.

Essa manobra confirma o empenho de Temer em entregar aos empresários o pacote completo que vai lhes permitir: ampliar os contratos por tempo determinado; a expansão do contrato intermitente; a criação do trabalhador autônomo exclusivo; a autorização da terceirização

generalizada - inclusive na atividade fim; desligamento por acordo entre trabalhador e empregador, entre outros.

Só para este último exemplo, de novembro de 2017 (início da reforma Trabalhista) até março de 2018, no Brasil ocorreram cerca de 41 mil desligamentos por acordos entre patrão e trabalhador, os dados são do CAGED/MTE. Sabemos que, em grande medida, esses acordos são firmados a partir da pressão dos patrões e da renúncia de direitos por parte dos trabalhadores.

Em relação aos contratos de trabalho intermitentes e os de período integral, só no mês de fevereiro deste ano, observou-se a troca de mais de 43% dos contratados, confirmando a alta rotatividade que apontávamos.

Passados mais de quatro meses desde que a reforma entrou em vigor, nota-se que ela vem abonando a preocupação deste Sindicato em relação ao desmantelamento do emprego, sobretudo àquele que oferece dignidade e segurança aos trabalhadores.

MP QUE ALTERA A REFORMA TRABALHISTA PERDE A VALIDADE



A Medida Provisória 808/2017, que modificaria 17 artigos da lei que instituiu a reforma Trabalhista, perdeu a validade ontem sem ser analisada pelo Congresso Nacional. A comissão mista responsável não chegou nem a eleger um deputado relator.

A MP fazia parte de um acordo firmado por Temer com o Senado para que o Projeto de Lei fosse aprovado sem alterações em julho do ano passado. Se o Senado fizesse qualquer modificação, o texto voltaria para a Câmara dos Deputados. A MP bateu recorde de emendas, com 967 propostas de mudanças.

“A Medida já mostrava uma enorme insegurança do próprio governo em relação ao projeto que foi votado às pressas e que só traz prejuízos à classe trabalhadora”, afirmou o diretor executivo do Sindicato, responsável pelas Relações do Trabalho, Alexandre Colombo.

“Agora o Congresso deixou a proposta caducar, o que reflete o nível de irresponsabilidade dos parlamentares, do governo e das instituições brasileiras desde o golpe”, analisou.

Sem a MP, a reforma Trabalhista gera ainda mais insegurança jurídica. Entre os pontos que ficam em aberto é se a nova lei valerá para os contra-

tos firmados anteriormente. As grávidas poderão trabalhar em local insalubre, conforme o texto original permite.

Também fica mantido o trabalho intermitente como estava, sem carga de trabalho fixa, sem renda mensal definida e a multa de 50% da remuneração que o trabalhador terá de pagar se descumprir o chamado.

A reforma também criou a possibilidade de o trabalhador autônomo ter cláusula de exclusividade, o que a MP proibia.

Outro item que fica mantido é que as indenizações por danos morais ou materiais variam de acordo com o salário recebido, ou seja, quem ganha mais vale mais de acordo com a reforma.

“A medida tentava consertar minimamente os erros da reforma Trabalhista. São ataques aos direitos históricos vindos de um governo sem nenhuma legitimidade e de um Congresso que tirou uma presidenta eleita democraticamente”, disse Colombo.

“É importante reforçar que a MP não alterava o DNA da reforma Trabalhista. A nossa defesa é pela anulação total dessa reforma inconstitucional”, continuou.

Estudo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o Diap, mostra

que a reforma Trabalhista não gerou empregos e renda, que foi a desculpa usada pelos empresários e governo ao defender o projeto.

“Os dados oficiais divulgados após a vigência da reforma Trabalhista evidenciam que a solução ‘mágica’ esperada com a flexibilização da legislação trabalhista não prosperou. Desse modo, a expectativa de crescimento foi frustrada e está condicionada a boa condução da conjuntura política do País”, afirma o documento.

A taxa de desemprego ficou em 12,2% no trimestre de novembro a janeiro, o que representa 12,7 milhões de pessoas desempregadas, com queda do emprego formal de 1,7% em relação ao período anterior. Já o nível de pessoas trabalhando por conta própria bateu recorde da série histórica ao passar de 22,19 milhões para 23,18 milhões, aumento de 4,4%.

“Os dados comprovam, de maneira incontestável, que a despeito da ‘melhoria do ambiente de negócios’, do ‘alcançe da almejada segurança jurídica’, e da ‘geração de mais e melhores empregos’, a aplicação da reforma Trabalhista não propiciou essas conquistas por parte dos trabalhadores, em particular, e da sociedade, em geral. A expectativa gerada, portanto, não corresponde com a realidade presente”, conclui o estudo do Diap.

TRABALHO INTERMITENTE

O trabalhador fica à disposição da empresa e só vai receber quando for convocado, sem ter renda mensal nem jornada mínima definidas. É a oficialização do “bico”, com precarização de trabalho e de vida.



AUTÔNOMO

Os trabalhadores poderão ser substituídos por autônomos, sem vínculo empregatício, ou mesmo obrigando o trabalhador a abrir uma empresa para ser ‘contratado’ como Pessoa Jurídica, a chamada ‘pejotização’.

GESTANTES

Libera gestantes e lactantes em locais com graus mínimo e médio de insalubridade, com autorização médica.



INDENIZAÇÃO

A saúde do trabalhador que ganha menos vale menos. As indenizações podem chegar a até 50 vezes o salário, independente do dano causado ao trabalhador. Um companheiro que recebe R\$ 1.274, por exemplo, pode ter um braço amputado e receber apenas R\$ 63.701 de indenização.

Tribuna Esportiva

FOTOS: DIVULGAÇÃO



O time do **Santos** teve apenas o treino de ontem para se preparar ao duelo contra os argentinos do **Estudiantes** e corrigir os erros da derrota em Salvador.



O **Peixe** contratou **Eduardo Sasha** em definitivo com vínculo até dezembro de 2022. O atacante já estava atuando, emprestado pelo **Internacional**.



O **Palmeiras** viajou para a Argentina ontem mais confiante depois da vitória pelo Brasileiro. O **Verdão** encara amanhã a pressão na Bombonera contra o **Boca**.



A **seleção feminina** conquistou o heptacampeonato da **Copa América**, no Chile, com 100% de aproveitamento, ao vencer a **Colômbia** por 3 a 0 no domingo.

LIBERTADORES

HOJE – 21H30

Santos x Estudiantes
Vila Belmiro

CONHECIMENTO É O MELHOR ALIADO NA PREVENÇÃO DE ACIDENTES

Esta semana, em atenção ao Dia Mundial em Memórias às Vítimas de Acidente de Trabalho, 28 de abril, a **Tribuna** publica uma série de matérias sobre a importância do trabalho do cipeiro, regulamentação e números que evidenciam a necessidade da atenção constante à saúde do trabalhador.

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, CIPA, é determinada pela Norma Regulamentadora 5, a NR5, e as regras para estabelecimento da Comissão variam de acordo com o ramo de atividade da empresa, periculosidade e o número de trabalhadores contratados.

O diretor executivo, responsável pelo Departamento de Saúde do Sindicato, Carlos Caramelo, lembra que o traba-



lhador precisa conhecer bem todo o processo de produção e que o cipeiro deve ir além.

“O cipeiro precisa saber ainda mais, tem que mapear todas as condições. Com essas informações, esses dados

reais, é possível desenvolver projetos e fazer o debate público”.

“A **pressão** da empresa sobre o trabalhador pode fazer com que ele não saiba se proteger e

seja levado a utilizar equipamentos inadequados. Quanto mais nos apropriarmos dessas informações, mais conseguiremos contrapor aquilo que é agressivo no ambiente de trabalho”, finalizou.



“O cipeiro precisa ter olhar aguçado, andar pela fábrica para conhecer todas as condições. Temos que focar mais no Equipamento de Proteção Coletiva, EPC, do que no Equipamento de Proteção Individual, EPI, ou seja, o ideal é tirar o risco que existe na área. Nosso papel é cobrar da empresa investimento em segurança”.

Claudio Roberto Ribal – vice-presidente da Cipa na Scania, em São Bernardo, trabalhador na área de motores e transmissão



“De cima da empilhadeira, já observo os problemas na fábrica, e nosso papel é justamente esse, nos antecipar ao acidente. Hoje na TRW estamos, mais uma vez, prestes a completar um ano sem acidentes. Temos cobrado e a empresa está investindo em proteção e treinamento. Eliminar situações de risco e trabalhar a conscientização de todos, assim deve ser nossa atuação”.

Pedro Rodrigues dos Santos – empilhador e cipeiro na TRW, em Diadema

AGENDA MASTERMAG

O Sindicato convoca os trabalhadores na Mastermag para assembleia amanhã, às 17h30, na Regional Diadema. Na pauta, PLR e problemas internos. Av. Encarnação, 290, próximo ao terminal Piraporinha.



FEM-CUT APRESENTA NOVA CCT A SINDICATOS PATRONAIS

Na última quinta-feira, 19, a Federação Estadual do Metalúrgicos da CUT, a FEM-CUT, apresentou a nova proposta de Convenção Coletiva de Trabalho, CCT, aos sindicatos patronais Sindratat, Sinien, Sictel, Siescomet, Simefre, Sinafer e Sianfesp, durante reunião na sede da Fiesp.

“A CCT é a bíblia do trabalhador, e a categoria sabe da importância de cada item deste documento. Estas cláusulas que garantem uma série de direitos, que já tinham grande valor, passaram a ter ainda mais a partir do momento em que o governo ilegítimo rasgou nossa CLT”, afirmou Luiz Carlos da Silva Dias, o Luizão, presidente da FEM-CUT.